

EDUCAÇÃO, GÊNERO E CULTURA: A TRAJETÓRIA PEDAGÓGICA, DE MARIA DE SOUZA CAMPOS (1919–2007)

EDUCATION, GENDER, AND CULTURE: THE PEDAGOGICAL JOURNEY OF
MARIA DE SOUZA CAMPOS (1919–2007)

EDUCACIÓN, GÉNERO Y CULTURA: LA TRAYECTORIA PEDAGÓGICA DE
MARIA DE SOUZA CAMPOS (1919–2007)

Heidy Taiane Rocha Santos¹, Thais Nunes de Santana Melo Ferraz², Josefa Daiane de Santana Cruz³, Rafaela Matos de Santana Cruz⁴, Yasmin Gomes Santos⁵, Isadora Gomes Santos⁶

DOI: 10.54899/dcs.v23i93.6598

Recibido: 13/07/2026 | Aceptado: 06/08/2026 | Publicación en línea: 13/08/2026.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral compreender a trajetória da professora popular Maria de Souza Campos, conhecida como Dona, e analisar como ela construiu autoridade pedagógica e prestígio moral por meio de suas práticas pedagógicas na cidade de Japaratuba/SE. Para tanto, busca-se responder à seguinte pergunta principal: Como Maria de Souza Campos (Dona), uma mulher, viúva e oriunda de classes populares, desafiou as estruturas patriarcais do interior de Sergipe e se estabeleceu como liderança educacional e comunitária na cidade de Japaratuba/SE? Ao longo de mais de sete décadas, Dona atuou na cidade de Japaratuba/SE desde a década de 1930, com maior intensidade entre os anos 1940 e 2000, permanecendo como referência comunitária até sua morte em 2007. Com base em informações do ex-aluno Jorge Ramos, obtidas via sua conta no Instagram (@jorge.ramosprofessor01) e esclarecimentos adicionais em comunicação privada em 16 de junho de 2025, além de fontes documentais e referências teóricas da história da educação, do estudos do campo da história das mulheres e em diálogo com os trabalhos de Monique Silva Rocha (2010), e as pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste (GPHEM) por Luzinete Moreira da Silva (2022), Heidy Taiane Rocha Santos (2022) e Patricia Batista dos Santos (2023), o trabalho investiga como suas práticas conciliavam disciplina, religiosidade e valorização da cultura popular. Os resultados desta pesquisa demonstram que suas práticas pedagógicas conciliavam o rigor disciplinar com o afeto, a religiosidade e a valorização da cultura popular, permitindo-lhe construir uma notável

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, Sergipe, Brasil.

E-mail: heidy.taiane9@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1667-3192>

² Mestranda em Direito pela Faculdade Alves Faria (UNIALFA/FADISP), Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: thaissantanaferraz@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5343-9549>

³ Doutoranda em Biotecnologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, Sergipe, Brasil.

E-mail: daianesantanabio@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1331-2655>

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, Sergipe, Brasil.

E-mail: rafinhamattos0116@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8741-1050>

⁵ Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: yascleya@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5406-0740>

⁶ Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: isadora21@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3210-2268>

autoridade moral e se estabelecer como uma liderança feminina em um contexto desafiador.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Rural. Gênero e Trabalho. Cultura Popular. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The overall objective of this article is to understand the life story of the grassroots teacher Maria de Souza Campos, known as Dona, and to analyze how she built pedagogical authority and moral prestige through her teaching practices in the city of Japaratuba, Sergipe. To this end, we seek to answer the following main question: How did Maria de Souza Campos (Dona)—a woman, a widow, and a member of the working class—challenge the patriarchal structures of rural Sergipe and establish herself as an educational and community leader in the city of Japaratuba, Sergipe? For more than seven decades, Dona was active in the city of Japaratuba, Sergipe, beginning in the 1930s, with her work peaking between the 1940s and 2000s; she remained a community leader until her death in 2007. Based on information from former student Jorge Ramos, obtained via his Instagram account (@jorge.ramosprofessor01) and additional clarifications provided in a private message on June 16, 2025, as well as documentary sources and theoretical references from the history of education and women's history, and in dialogue with the works of Monique Silva Rocha (2010), and the research conducted by the Northeast History of Education Research Group (GPHEN) by Luzinete Moreira da Silva (2022), Heidy Taiane Rocha Santos (2022), and Patricia Batista dos Santos (2023), this study investigates how her teaching practices reconciled discipline, religiosity, and an appreciation for popular culture. The results of this research demonstrate that her pedagogical practices reconciled disciplinary rigor with affection, religiosity, and the appreciation of popular culture, enabling her to build remarkable moral authority and establish herself as a female leader in a challenging context.

Keywords: History of Education. Rural Education. Gender and Work. Popular Culture. Pedagogical Practices.

RESUMEN

El objetivo general de este artículo es comprender la trayectoria de la profesora popular María de Souza Campos, conocida como Dona, y analizar cómo construyó su autoridad pedagógica y su prestigio moral a través de sus prácticas pedagógicas en la ciudad de Japaratuba (Sergipe). Para ello, se busca responder a la siguiente pregunta principal: ¿Cómo Maria de Souza Campos (Dona), una mujer viuda y procedente de las clases populares, desafió las estructuras patriarcales del interior de Sergipe y se consolidó como líder educativa y comunitaria en la ciudad de Japaratuba (estado de Sergipe)? A lo largo de más de siete décadas, Dona desarrolló su labor en la ciudad de Japaratuba (estado de Sergipe) desde la década de 1930, con mayor intensidad entre los años 1940 y 2000, y siguió siendo un referente comunitario hasta su fallecimiento en 2007. Basándonos en la información facilitada por el antiguo alumno Jorge Ramos, obtenida a través de su cuenta de Instagram (@jorge.ramosprofessor01) y en aclaraciones adicionales proporcionadas en una comunicación privada el 16 de junio de 2025, además de fuentes documentales y referencias teóricas de la historia de la educación y de los estudios sobre la historia de las mujeres, y en diálogo con los trabajos de Monique Silva Rocha (2010), y las investigaciones desarrolladas en el Grupo de Investigación de Historia de la Educación del Nordeste (GPHEN) por Luzinete Moreira da Silva (2022), Heidy Taiane Rocha Santos (2022) y

Patricia Batista dos Santos (2023), este trabalho investiga cómo sus prácticas conciliaban la disciplina, la religiosidad y la valorización de la cultura popular. Los resultados de esta investigación demuestran que sus prácticas pedagógicas conciliaban el rigor disciplinario con el afecto, la religiosidad y la valorización de la cultura popular, lo que le permitió forjarse una notable autoridad moral y consolidarse como líder femenina en un contexto difícil.

Palabras clave: Historia de la Educación. Educación Rural. Género y Trabajo. Cultura Popular. Prácticas Pedagógicas.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Este artigo insere-se no campo da História da Educação, em diálogo com a História das Mulheres, ao investigar as trajetórias de educadoras que atuaram em contextos rurais nordestinos ao longo do século XX. Nas últimas décadas, esses campos têm ampliado o interesse por personagens que permaneceram à margem da historiografia oficial, evidenciando o protagonismo feminino na constituição da educação brasileira e na construção de práticas pedagógicas marcadas pelas especificidades dos contextos locais.

Nesse cenário, destaca-se a trajetória de Maria de Souza Campos (1919–2007), conhecida como Dona, professora popular que exerceu a docência por mais de sete décadas na cidade de Japarutuba, Sergipe. Mesmo possuindo formação escolar limitada, construiu reconhecimento social e autoridade pedagógica fundamentados na disciplina, na religiosidade, no afeto e na valorização da cultura popular. Sua atuação ultrapassou os limites da sala de aula, tornando-a uma importante liderança comunitária e referência educacional no município.

Ao analisar sua trajetória, este estudo busca compreender de que maneira Dona construiu prestígio moral e autoridade pedagógica por meio de suas práticas educativas, desafiando, ainda que de forma cotidiana e silenciosa, as estruturas patriarcais que delimitavam os espaços de atuação feminina no Brasil do século XX. Além disso, procura discutir como sua experiência permite compreender as múltiplas formas de protagonismo exercidas por mulheres educadoras em contextos rurais, articulando educação, cultura, religiosidade e participação comunitária.

O objetivo geral desta investigação é compreender a trajetória da professora popular Maria de Souza Campos, conhecida como Dona, e analisar como ela construiu autoridade pedagógica e prestígio moral por meio de suas práticas, tornando-se um símbolo de liderança

educacional e comunitária em Japaratuba/SE. Para alcançar esse objetivo, o estudo propõe: analisar o contexto histórico e cultural brasileiro do século XX, com ênfase nas representações femininas e nas políticas educacionais que atravessaram sua trajetória; descrever seu percurso de vida, desde a infância em Capela/SE até a consolidação de sua atuação em Japaratuba/SE; examinar suas práticas pedagógicas, especialmente a articulação entre disciplina, afeto e cuidado; compreender a denominada "pedagogia da festa", evidenciando a integração entre elementos cívicos, religiosos e da cultura popular no cotidiano escolar; e discutir sua atuação como mulher, educadora e liderança comunitária em um contexto rural nordestino.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e bibliográfica. As informações foram obtidas por meio da monografia *Professora Maria de Souza Campos: um esboço biográfico* (Rocha, 2010), principal fonte sobre sua trajetória, complementadas por documentos, registros históricos e comunicações realizadas em 2025 com Jorge Ramos, ex-aluno da professora e curador da página *Japa Retrô*. A análise dialoga com os referenciais da História das Mulheres (Perrot, 1998; Del Priore, 2014), dos estudos de gênero (Beauvoir, 1980) e da História da Educação, estabelecendo interlocução com pesquisas sobre professoras populares, cultura escolar e práticas educativas no Nordeste brasileiro.

Também fundamentam esta investigação a tese *As irmãs Militão e a Escola Santa Terezinha em Senhor do Bonfim, Bahia: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola* (Silva, 2022), que possibilita um diálogo comparativo acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas por educadoras populares; a dissertação *Mulheres, imprensa e resistência: Maria Rita Soares de Andrade e a escrita da igualdade em Sergipe (1929–1932)* (Cruz, 2022), que amplia a discussão sobre o protagonismo feminino e a atuação das mulheres nos espaços públicos e educacionais; e a tese *No garbo de estudantes, na disciplina dos militares: ritos e práticas educativas nas comemorações cívicas escolares no estado de Sergipe (1964–1985)* (Santos, 2023), que subsidia a análise da cultura escolar e da denominada "pedagogia da festa", desenvolvida por Dona em sua prática docente.

A trajetória de Maria de Souza Campos desenvolveu-se em um período marcado por profundas transformações políticas, sociais e educacionais, abrangendo desde a Primeira República até o processo de redemocratização do país. Nesse percurso, sua prática pedagógica foi influenciada tanto pelos ideais de disciplina e moralização característicos das políticas educacionais da época quanto pelas tradições culturais locais e pelos vínculos comunitários construídos no cotidiano escolar. É nesse entrelaçamento entre educação, cultura e relações de

poder que este estudo procura compreender como Dona consolidou uma identidade docente singular, tornando-se símbolo de liderança educacional e memória coletiva em Japaratuba.

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se o contexto histórico e cultural do Brasil no século XX e suas interfaces com a educação e a condição feminina. Em seguida, reconstrói-se a trajetória de vida de Maria de Souza Campos. Posteriormente, analisam-se suas práticas pedagógicas, destacando a relação entre disciplina e afetividade, bem como a cultura escolar e a "pedagogia da festa". Por fim, discute-se sua atuação como mulher, educadora e liderança comunitária, evidenciando as formas de resistência, protagonismo e liberdade construídas em um contexto rural nordestino.

CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL NO BRASIL DO SÉCULO XX: POLÍTICA, MORAL E REPRESENTAÇÕES FEMININAS

No Brasil, o século XX foi marcado por transformações políticas e culturais que impactaram na educação, as relações de gênero e a maneira como a mulher foi representada nos espaços públicos, especialmente pela imprensa. A trajetória de Maria de Souza Campos se insere nesse cenário, entre tradições locais e os efeitos de projetos nacionais.

Ao nascer em 1919, Dona encontrou um país sob os efeitos da Primeira República (1889–1930), período marcado pela concentração de poder nas elites rurais, alto índice de analfabetismo e uma forte vinculação entre Igreja, família e moralidade, deixando claro que a modernização republicana era seletiva, pois enquanto o discurso oficial pregava o progresso, a maioria da população seguia sem acesso efetivo à cidadania. Para as mulheres, o voto ainda significava obediência, silêncio e a função social restrita ao lar.

A educação feminina, nesse contexto, não era pensada como um instrumento de autonomia, mas de funcionalidade. Como destaca Freitas (apud Santos, 2022, p. 55), “o início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos”. A escola tinha papel duplo: formar sujeitos úteis ao projeto de sociedade e, ao mesmo tempo, reforçar os papéis tradicionais de gênero e aos jornais de circulação sergipana que contava com homens responsáveis pelos editoriais restava “retratar o feminino através do olhar masculino significa revelar o seu imaginário que durante muito tempo estabeleceu, através dos discursos, uma mulher naturalmente restrita ao campo da vida privada (Santos, 2022, p. 117)”.

Mesmo quando apareciam como leitoras ou autoras, as mulheres eram constantemente submetidas a critérios morais e ao controle de conteúdo. Em Sergipe, por exemplo, quando autorizadas, as mulheres que escreviam na imprensa eram muitas vezes limitadas a textos sobre religião, maternidade ou deveres do lar. As poucas que ousavam discutir política, educação ou cidadania enfrentavam resistência de uma cultura que enxergava a intelectualidade feminina como transgressão.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, e com o início do Estado Novo (1937–1945), o autoritarismo e a centralização política tornaram-se características de um novo projeto de nacionalidade, no qual o civismo, a ordem e o trabalho ocupavam lugar central.

Importante salientar que ainda no referido período, a educação teve um papel importante para a construção de uma identidade nacional, uma vez que a escola era um espaço de disciplinamento do corpo, da fala e da mente. "Pensar o ideal de nação no Brasil após 1930 com a chamada 'Era Vargas' é pensar um novo projeto de nacionalidade", estruturado em torno da ideia de controle social e segurança (Silva, 2016 apud Santos, 2022, p. 54).

No marco temporal citado no parágrafo anterior, o papel da mulher seguiu limitado à uma educação voltada para servir à pátria como mãe zelosa, educadora de filhos e mantenedora da moral familiar. O direito ao voto, conquistado em 1932, embora historicamente simbólico, contava com um voto facultativo feminino e não se traduziu imediatamente em representatividade política ou igualdade de acesso a oportunidades, visto que a mulher ainda era percebida como um sujeito auxiliar da família, nunca como protagonista da história nacional.

No campo cultural, a religiosidade popular, as festas cívicas, os hinos e as práticas escolares tornaram-se instrumentos para disseminar esse projeto de identidade nacional. Como veremos adiante, a educação moral e cívica ganhava força como disciplina escolar, reforçando valores como patriotismo, respeito à hierarquia, fé e obediência. Ao mesmo tempo, práticas tradicionais e manifestações culturais locais eram, em muitos casos, vistas com desconfiança pelo discurso oficial, embora seguissem vivas nas escolas e comunidades.

Esse breve panorama aqui exposto ajuda a compreender o cenário encontrado por educadoras do período histórico aqui tratado, especialmente em contextos rurais sergipanos, elas que atuavam como agentes responsáveis por mediar valores locais, crenças religiosas e as contradições entre o projeto nacional e a realidade do povo.

DA INFÂNCIA EM CAPELA/SE À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCADORA EM JAPARATUBA/SE

A trajetória de Maria de Souza Campos teve início na cidade de Capela, interior de Sergipe, onde nasceu em 1919 e passou sua infância em meio às duras condições da vida rural. Ainda menina, sofreu um corte profundo na perna direita enquanto trabalhava com um facão na roça, episódio que revela não apenas a precariedade do contexto laboral rural, mas a naturalização do trabalho infantil nas zonas rurais de Sergipe para que fosse alcançada a sobrevivência da família. O ferimento foi tratado com borra de café e plantas, deixou marcas físicas como narra Rocha através do relato do irmão da professora Dona: “foi um corte grande. Nossa mãe pegou borra de café e colocou na perna dela... e fez lá um remédio com umas plantas”(Rocha, 2010, p. 25).

Esse episódio ilustra de forma clara o que Simone de Beauvoir discute no capítulo “A infância”, de sua obra “O Segundo Sexo”, ao revelar como a menina, desde muito cedo, é educada para obedecer, cuidar e adotar uma postura recatada enquanto os meninos gozam de maior liberdade e autonomia. É no ambiente rural que, como afirma Michelle Perrot, elas são “imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural que parece escapar à história” (Perrot, 1998, p. 110), reforçando como o silenciamento e a limitação de possibilidades acompanham a trajetória feminina desde a infância, especialmente em contextos marcados pela tradição e pelo isolamento.

Foi na escola que Maria de Souza ganhou o apelido de “Dona”, por sua postura decidida e vigilante. “Ela era muito mandona e gostava de ficar olhando o que os outros estavam fazendo pra depois falar coisas” (Rocha, 2010, p. 25). O título, que se estabeleceria como designação de respeito, demonstra desde cedo uma personalidade precoce de uma jovem autoridade feminina que não era dócil, nem submissa.

A mudança de Maria para Japaratuba foi motivada por um gesto considerado transgressor para a época: após ser beijada durante uma festa por Francisco da Rocha, ela fugiu sozinha de Capela, montada à cavalo. “Motivada por esse beijo, fugiu para a cidade de Japaratuba nesta mesma noite” (Rocha, 2010, p. 26). Em um contexto em que, segundo Michelle Perrot, “a sedentariedade é uma virtude feminina, um dever das mulheres ligadas à terra, à família, ao lar” (Perrot, 1998, p. 110), essa fuga rompe com a norma esperada para o comportamento feminino.

Embora motivada pelo temor da perda da honra, a decisão de Maria pode ser lida como um gesto de ruptura com a ordem patriarcal, um movimento de afirmação da própria vontade, se aproximando da reflexão de Simone de Beauvoir, quando a autora afirma que é ao confrontar as imposições sociais que a mulher “torna-se mulher”.

O casamento com Francisco veio posteriormente e, nos primeiros anos, o casal viveu na zona rural de Japaratuba, enquanto Dona dividia-se entre a vida da terra e os afazeres domésticos. Posteriormente, já na cidade de Japaratuba, Dona começou a ensinar nos fundos de sua residência. “A casa era pequena, mas ficava cheinha, pela manhã era uma turma, pela tarde era outra” (Rocha, 2010, p. 29). Essa prática comunitária se consolidou como o Educandário Santa Terezinha.

O casamento, apesar de não ter gerado filhos, estruturava sua vida social ainda que, como ressaltava Beauvoir, o casamento para a mulher, mesmo quando afetivo, é uma estrutura que “a sociedade impõe à mulher é considerado como um serviço prestado ao esposo” (Beauvoir, 2019, p. 187), pois ela passa a ter seu sobrenome, religião, classe social, passa a fazer parte da família dele, formando a sua metade conforme. O espaço doméstico e o trabalho não remunerado eram esperados por ela, sua atuação educacional, nesse primeiro momento, ainda não era reconhecida formalmente.

A viuvez, em 1971, marca outro ponto nesse breve relato sobre a vida de Dona, pois, sem filhos, ela decide dedicar-se exclusivamente à educação. “Passou a dedicar todo o seu tempo à escola que estava sob a sua responsabilidade, exercendo diuturnamente a função de professora e diretora” (Rocha, 2010, p. 33).

A morte do marido, longe de significar isolamento, ampliou sua liberdade de ação, evidenciando o que Beauvoir analisa ao afirmar que “só a viúva goza então de uma autonomia econômica” (Beauvoir, 2019, p. 187), a condição da professora viúva, especialmente no interior sergipano, era permeada por sua “respeitada por sua conduta moral, mas isolada e vigiada em sua intimidade” (Santos, 2022, p. 97). Em sua prática, Dona encarna esse modelo, mas o transcende ao tornar-se figura pública de autoridade cultural, pedagógica e moral que dispensava qualquer tipo de vigilância.

Mesmo com formação formal inicialmente limitada ao ensino primário por décadas, concluiu posteriormente o Magistério em Regime Especial em 1976. “Ela conseguiu alcançar a sua individualidade por meio do trabalho digno e relevante” (Rocha, 2010, p. 64).

Dona não apenas se tornou professora: tornou-se símbolo de pertencimento, disciplina e resistência. Sua infância ferida, sua fuga solitária, sua viuvez produtiva e sua pedagogia afetiva e moral revelam uma mulher que, mesmo nos limites da tradição, construiu cotidianamente a sua liberdade.

DISCIPLINA E AFETO: A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA SINGULAR

A trajetória educacional de Maria de Souza Campos, a professora Dona, revela práticas pedagógicas que singularmente conciliavam disciplina, religiosidade e afeto, características recorrentes entre educadoras populares do Nordeste brasileiro verificadas durante esta pesquisa. Essas qualidades eram fundamentais para a construção de autoridade e reconhecimento em comunidades onde a educação formal muitas vezes se mesclava com saberes e práticas locais.

Dona iniciou sua atuação educativa com o Educandário Santa Terezinha, operando no formato de uma casa-escola. Nesse ambiente inicial, suas práticas já articulavam métodos de ensino fortemente baseados no rigor disciplinar. O uso da palmatória, uma ferramenta de controle presente nessa fase e comum na educação familiar da época, era parte integrante de seu método (Ramos, 2025) que apesar de rigoroso era aprovado pelas famílias dos alunos.

Posteriormente, já no espaço formal da Escola Marechal Ademar de Queiroz, fundada em 1970 (Ramos, 2025), Dona consolidou-se ainda mais como uma liderança moral e pedagógica na comunidade de Japaratuba. Contudo, a partir de 1983, quando Jorge Ramos iniciou seus estudos nessa instituição, a palmatória já não era utilizada. Sua função foi assumida pela "régua de madeira, que servia para repreender os alunos durante as aulas, intervalos, e até mesmo quando saía para apresentações fora do ambiente escolar" (Ramos, 2025). Essa distinção temporal no uso dos instrumentos disciplinares, com a diminuição gradual da palmatória nos anos 80, indica uma transição nos métodos pedagógicos da professora Dona, que, apesar da mudança de instrumento, mantiveram inabalável o rigor de sua abordagem (Ramos, 2025).

A aplicação da disciplina era notavelmente específica. Ramos (2025) descreve a "sabatina" como perguntas e respostas, especialmente em aritmética, onde um erro resultava em um "bolo": o aluno que acertava a questão batia na mão do que errava com a régua. Embora Dona utilizasse a régua "não com tanta frequência", quando necessário, batia "nas pernas ou nas mãos" e, muitas vezes, usava-a para impor silêncio, batendo "na porta da sala ou no birô" (Ramos,

2025). Esse rigor disciplinar, longe de representar apenas punição, refletia um modelo educacional em que o professor era simultaneamente figura de respeito e, por vezes, de temor.

O afeto e o cuidado eram, no entanto, a outra face de sua metodologia, complementando o rigor. Dona não se restringia ao ensino formal; ela também se destacava pelo incentivo constante ao bom desempenho escolar e pela valorização das tradições locais. Diariamente, antes mesmo das aulas começarem, a oração da manhã era feita por todos no pátio, reforçando um senso de comunidade e valores (Ramos, 2025).

Dona frequentemente fazia perguntas e premiava quem acertasse com lápis, cadernos ou borrachas, gerando "momentos de grande alegria e motivação", como o relato de Ramos (2025) ao ganhar um caderninho por responder corretamente uma pergunta. O regime da escola era "bem rígido, com muita disciplina" (Ramos, 2025), com Dona chegando muito antes dos alunos para organizar as atividades diárias que seriam revisadas individualmente antes da saída (Ramos, 2025).

Essa dualidade entre o rigor e o afeto é um elo direto com a experiência das Irmãs Militão. Como aponta Silva (2022), na Escola Santa Terezinha em Senhor do Bonfim/BA, os castigos físicos, como o uso da palmatória, os joelhos no milho e o quarto escuro, eram amplamente conhecidos e, em muitos casos, consentidos pelos próprios pais, que compreendiam a escola como uma extensão familiar. Da mesma forma, o processo educativo na Escola das Militão "proporcionava uma relacionamento marcado por amor, ódio, medo e respeito" (Silva, 2022, p. 99), sendo um ritual comum os alunos pedirem a bênção às professoras ao entrar na escola, misturando afeto e disciplina.

Esse paralelo evidencia uma prática pedagógica enraizada na cultura local, onde a punição era aceita como parte do processo formativo, em sintonia com os valores familiares e comunitários.

Essas práticas remetiam a uma educação, na qual se associavam os conteúdos escolares às normas sociais, à cultura popular e à religiosidade. Como demonstra Silva (2022), nas casas-escola como a das Militão, o ensino ia "além do ler, escrever e contar" (Silva, 2022, p. 107), abrangendo saberes que fortaleciam os vínculos comunitários. Dona, assim como as Irmãs Militão, tinha sua autoridade reconhecida para além dos muros da escola; se os alunos eram vistos "fazendo um mal feito", ela os repreendia, demonstrando seu papel como liderança moral e pedagógica na comunidade japatubense (Ramos, 2025).

Assim, tanto a prática pedagógica de Maria de Souza Campos, marcada por disciplina, afeto e valorização cultural, quanto a das Irmãs Militão, revelam trajetórias de professoras que, apesar dos desafios sociais, construíram espaços de liderança e de transformação nas comunidades rurais do Nordeste brasileiro.

CULTURA ESCOLAR E PEDAGOGIA DA FESTA: A ATUAÇÃO DE DONA NO CONTEXTO CÍVICO-ESCOLAR

A prática pedagógica de Maria de Souza Campos pode ser compreendida à luz do que Patrícia Batista dos Santos (2023) define como práticas pedagógicas: um conjunto de expressões e atividades construídas no interior da escola que, embora nem sempre sistematizadas em documentos oficiais, são responsáveis por transmitir saberes, valores e condutas. No cotidiano da escola de Dona, essas manifestações se davam por meio de símbolos e gestos que moldavam os sujeitos e, nesse processo, as festas, os hinos e os eventos cívicos adquiriram um papel central.

Além do ensino formal, a professora Dona incorporou à sua prática diversas expressões culturais e religiosas da comunidade japeratubense, dentre suas iniciativas mais marcantes, destacam-se a criação do Maracatu Nação do Pavão Dourado (1980), as quadrilhas juninas Asa Branca e Chuva de Prata, e o coral Canarinhos do Ademar. Dona também promovia ativamente dramatizações religiosas e novenas, evidenciando uma imersão completa da escola na vida social e religiosa de Japeratuba (Ramos, 2025). Por meio dessas atividades, a escola não era apenas um local de aprendizagem, mas um espaço vivo de integração entre educação e cultura popular, estimulando o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade local de uma comunidade escolar carente.

Parte importante dessa vivência era a entoação regular de hinos escolares e cívicos, que reforçavam valores como civismo, religiosidade, respeito e consciência ambiental. Entre os mais frequentes, destacam-se o Hino de Tiradentes, exaltando heróis nacionais e a moral republicana; o Hino do Descobrimento, reiterando a versão oficial da história nacional; o Hino da Árvore, promovendo a valorização da natureza; e o Hino do Município de Japeratuba, fortalecendo o orgulho comunitário (Ramos, 2025).

Essas práticas se alinham ao que Patrícia Batista dos Santos (2023) conceitua como pedagogia da festa, ou seja, o uso ritualizado de comemorações, cantos, encenações e símbolos como instrumentos de disciplinamento e construção de uma identidade cívica e nacional. Em sua

tese, Santos demonstra que, durante a ditadura civil-militar (1964–1985), os hinos escolares funcionavam como “as atividades com a música vinculadas à escola foram de grande valia para a contextura sociopolítica da época, pois unia o prazer proporcionado pelo ensino/estudo da música e a vigilância dos discentes.” (Santos, 2023, p. 134)

Cantar o hino, nesse contexto, não era apenas um ato musical, mas uma experiência de pertencimento coletivo: “Pessoas totalmente conhecidas entre si pronunciavam os mesmos versos seguindo a mesma música”, observa a autora, referindo-se à ideia de nação como comunidade imaginada (Anderson apud Santos, 2023, p. 122).

Nesse sentido, a escola de Dona, por meio de sua líder, ao articular hinos, festas populares e rituais religiosos diretamente com o cotidiano escolar e comunitário, produzia uma forma peculiar de prática pedagógica. Nela, o civismo era complementado com afeto, pela memória local e pelos vínculos comunitários. Assim, se, conforme Santos (2023), as comemorações escolares frequentemente operavam como vitrines do alinhamento político das instituições ao regime, em Japaratuba elas também funcionavam como meios de fortalecimento da coesão social e da identidade cultural da população.

Dona sempre estava presente nos rituais oficiais da cidade de Japaratuba, entoando canto de hinos e a participação em desfiles e eventos com autoridades (Ramos, 2025) para afirmar um projeto educativo que ia além da mera obediência à norma, tratava-se da construção de um espaço no qual a escola era, simultaneamente, lugar de disciplina e de cuidado, de transmissão de conteúdos e de celebração das tradições locais. Ao incorporar esses elementos ao cotidiano escolar, ela atualizava, a seu modo, o que Hobsbawm (1997) chama de tradições inventadas: rituais que, embora inspirados em símbolos existentes, são reinventados para consolidar novas formas de pertencimento e autoridade.

Assim, a prática pedagógica de Dona revela que, mesmo em contextos potencialmente autoritários e padronizadores, era possível dar liberdade e produzir sentidos educativos que escapavam ao controle estrito do Estado. Seus hinos, suas festas e seus rituais não apenas ensinavam conteúdos, mas também formavam sujeitos não apenas obedientes, mas também conectados com sua história, sua cultura e sua comunidade.

MULHER, EDUCADORA E LIDERANÇA EM CONTEXTO RURAL NORDESTINO: ENTRE LIBERDADES POSSÍVEIS E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

A presença de Maria de Souza Campos na história educacional japeratubense não pode ser lida apenas como o testemunho de uma professora que marcou gerações. É necessário compreendê-la como parte de uma linhagem de mulheres que, desde as margens sociais, enfrentaram o poder patriarcal que estruturou (e ainda estrutura) as práticas escolares, as relações de gênero e as possibilidades de existência no espaço público.

Ao lado de figuras como Maria Rita Soares de Andrade, objeto de estudo de nossa dissertação, Dona representa um tipo específico de resistência feminina: aquela que não grita, mas transforma através da educação, que não enfrenta de peito aberto os aparelhos de poder, mas os contorna com afeto e disciplina. Ambas, em seus respectivos tempos e territórios não tão distantes, tomaram a palavra, ocuparam espaços de saber e deixaram marcas que resistem ao esquecimento.

Simone de Beauvoir (1980, p. 9) afirmou: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A frase, amplamente citada, ganha outras camadas quando pensamos em mulheres como Dona. Nascida mulher, mas tornada sujeito pelas escolhas que fez, pela coragem de ensinar e formar em tempos e lugares onde o ensinar era, antes de tudo, um gesto político. A prática pedagógica de “Vó Dona”, como também chamada por muitos, tecida entre a régua e o afeto, revela um saber ancestral de mulheres que souberam equilibrar firmeza e ternura para garantir sua autoridade e permanência.

Esse movimento de tornar-se mulher-sujeito encontra sustentação na trajetória de Maria Rita Soares de Andrade. Em nossa dissertação, destacamos sua percepção sobre o lugar social das mulheres e os desafios enfrentados por aquelas que ousavam ir além do espaço doméstico. Sua tese de 1929 é não só um trabalho intelectual, mas um grito de afirmação: “será esta tese [...] o primeiro passo para a realização do meu grande sonho [...] a ânsia de vencer, a tentadora ilusão do QUERER É PODER” (Andrade, 1929, p. 2 apud Santos, 2022, p. 96).

No diálogo entre as professoras Dona e Maria Rita, encontramos dois modos de dizer o mesmo: a educação liberta. Ambas compreenderam que o saber era uma ferramenta de transformação. Beauvoir (1980, p. 599) já afirmava que “o trabalho assegura à mulher uma independência concreta”. Maria Rita, formada em Direito em plena década de 1920, sabia disso.

Lutou judicialmente por sua vaga no magistério, publicou, escreveu, debateu, e também sonhou com o direito de ensinar.

Mas há algo ainda mais profundo nesse encontro: ambas, cada uma a seu modo, desafiaram os mitos fundadores da feminilidade submissa ainda que fosse no campo da educação. Martha Robles (2019) nos lembra que os arquétipos femininos são construídos não apenas para explicar, mas para conter o feminino: Lilith, Eva, Hera, são símbolos manipulados para controlar o desejo e a ação das mulheres, Maria Rita ressignifica esses arquétipos ao discutir, em sua tese para ingresso no concurso do Atheneu, o lugar da mulher na literatura como criadora e não apenas musa. Dona, por sua vez, vai de encontro com o perfil da professora rural submissa e despolitizada, e assume, ainda que sem rótulos, o papel de mediadora cultural e intelectual comunitária.

Por isso, quando a cidade de Japaratuba reconhece Dona na atualidade como nome de escola, não se trata apenas de uma homenagem, é o reconhecimento de que as narrativas da história da educação não podem mais silenciar as mulheres que ensinaram entre a poeira das estradas e o peso das tradições.

Maria de Souza Campos e Maria Rita Soares de Andrade, separadas por geografia, unidas por luta. Entre a régua, o livro e a palavra, ambas ensinaram que a liberdade das mulheres não é dada: é construída, diariamente, com coragem, afeto, resistência e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs uma análise da trajetória de Maria de Souza Campos, a Dona, investigando sua atuação como figura educacional e moral em Japaratuba/SE. O estudo demonstrou sua capacidade de conciliar rigor, disciplina e afeto, bem como religiosidade e valorização da cultura popular, em um contexto histórico brasileiro do século XX marcado por restrições de gênero e políticas educacionais.

A pesquisa indicou que, desde sua infância em Capela/SE, passando por sua mudança para Japaratuba e sua viuvez, Dona enfrentou desafios sociais e patriarcais, desenvolvendo sua autonomia e autoridade. Suas práticas pedagógicas, caracterizadas pela alternância entre a disciplina e o cuidado, foram relevantes para a formação de seus alunos, conectando-os com suas raízes culturais e valores comunitários, de forma similar a outras educadoras populares.

Além disso, o estudo sublinhou a "pedagogia da festa" e a integração de elementos cívicos, religiosos e folclóricos no ambiente escolar, o que permitiu a Dona ir além do currículo formal, contribuindo para uma cultura escolar dinâmica e adaptada à realidade local. Por fim, o artigo situou Dona como uma figura que exemplifica resistência e possibilidades de agência, em diálogo com outras mulheres, como Maria Rita Soares de Andrade, que, através da educação e da escrita, atuaram para superar as limitações de seu tempo.

A trajetória de Maria de Souza Campos oferece uma análise relevante sobre a participação feminina na história da educação rural brasileira, ressaltando a importância de considerar as narrativas de mulheres que, muitas vezes de forma discreta, contribuíram para suas comunidades e para transformações em suas realidades. A atenção a essas memórias é fundamental para uma compreensão mais abrangente da construção social e educacional do país.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- RAMOS, Jorge. Informações coletadas via Instagram (@jorge.ramosprofessor01) e comunicações privadas, 16 jun. 2025.
- ROCHA, Monique. **Professora Maria de Souza Campos**: um esboço biográfico. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas**: o feminino através dos tempos. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2019.
- SANTOS, Heidy Taiane Rocha. **Mulheres, imprensa e resistência**: Maria Rita Soares de Andrade e a escrita da igualdade em Sergipe (1929-1932). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2022.
- SANTOS, Patrícia Batista dos. **No garbo de estudantes, na disciplina dos militares**: ritos e práticas educativas nas comemorações cívicas escolares no estado de Sergipe (1964-1985). 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2023.
- SILVA, Luzinete Moreira da. **As irmãs Militão e a Escola Santa Terezinha em Senhor do Bonfim, Bahia**: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2022.